



Fevereiro/2013

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Concurso Público de Provas e Títulos para provimento da Outorga de Delegações de Notas e de Registro do Estado de Pernambuco Serviços Notariais e de Registro (Remoção)

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'B02', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

PROVA OBJETIVA DE SELEÇÃO

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta a livros, anotações ou comentários de qualquer natureza.
- A duração da prova é de 5 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**Registros Públicos**

1. A respeito da Ética Profissional dos notários e oficiais de registro analise as informações abaixo.

- I. Os notários e oficiais de registros podem conceder descontos nas custas e emolumentos visando a captar serviços notariais e registrais.
- II. Ressalvado o valor dos emolumentos, é vedado ao notário e ao oficial de registro, e seus prepostos, pleitear, solicitar, provocar, sugerir ou receber qualquer tipo de ajuda financeira, presente, benefício ou vantagem de qualquer espécie, para si, familiares ou qualquer pessoa, em virtude do cumprimento da função delegada.
- III. Permite-se, excepcionalmente, a prática de atos notariais fora da circunscrição geográfica para a qual o tabelião recebeu delegação e a instalação de sucursal ou de posto avançado fora da sede do serviço notarial.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e III.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e III.
- (E) I.

2. A respeito das sanções previstas na Lei nº 8.935/94, é correto afirmar:

- (A) Tendo em vista o princípio da vitaliciedade, a perda da delegação dependerá de sentença judicial transitada em julgado, sendo ineficaz decisão decorrente de processo administrativo instaurado pelo juízo competente.
- (B) Quando o caso configurar falta grave ou perda de delegação, o juízo competente suspenderá o notário ou oficial de registro por prazo não superior a noventa dias, designando um servidor da serventia para substituir o delegado suspenso.
- (C) O notário ou o oficial de registro perceberá integralmente as rendas da serventia durante seu afastamento para responder procedimento disciplinar.
- (D) Durante o período de afastamento para apuração de faltas, o titular perceberá metade da renda líquida da serventia; outra metade será depositada em conta bancária especial, com correção monetária.
- (E) Se o titular afastado da serventia for absolvido, perceberá a quantia depositada em conta bancária especial, mas, se for condenado, a referida quantia será convertida em renda da Fazenda Pública do Estado da circunscrição territorial da serventia.

3. A respeito da Ordem do Serviço, prevista na Lei nº 6.015/73, analise as afirmações abaixo.

- I. Todos os títulos, apresentados no horário regulamentar e que não forem registrados até a hora do encerramento do serviço e o pedido de registro civil das pessoas naturais fora do horário de expediente, serão registrados somente no dia seguinte, no primeiro horário.
- II. Será nulo o registro lavrado fora das horas regulamentares ou em dias em que não houver expediente, salvo nos atos de registro civil das pessoas naturais, sendo civil e criminalmente responsável o oficial que der causa à nulidade.
- III. Somente exigência fiscal, ou dívida, obstará a apresentação de um título e o seu lançamento do protocolo com o respectivo número de ordem, nos casos em que da precedência decorra prioridade de direitos para o apresentante.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e III.
- (B) II.
- (C) II e III.
- (D) III.
- (E) I.

4. A respeito da organização do pessoal, é INCORRETO afirmar:

- (A) Os Delegatários encaminharão à Corregedoria Geral da Justiça os nomes dos escreventes e dos substitutos por eles designados, para efeito de cadastramento e, quando solicitado, dos servidores não remunerados pelos cofres públicos, bem como quaisquer documentos referentes às relações trabalhistas e estatutárias.
- (B) Os Delegatários poderão, para o desempenho de suas funções, contratar, como empregados, auxiliares e escreventes, e, dentre estes, designar os substitutos, com remuneração livremente ajustada e sob o regime da legislação do trabalho.
- (C) É vedada aos Delegatários a contratação de cônjuge, companheiro ou parente, natural, civil ou afim, na linha reta ou colateral até o terceiro grau de Desembargador do Tribunal de Justiça, bem como de magistrado ou de servidor auditor de controle interino ou de inspeção da Corregedoria Geral da Justiça incumbido, de qualquer modo, das atividades de correição e inspeção dos respectivos serviços de notas e de registro.
- (D) A contratação de empregados, no âmbito dos serviços extrajudiciais privatizados, não oficializados que não estejam vagos, devem obedecer às regras vigentes, sendo que, em cada Serviço Notarial e de Registro, haverá tantos substitutos, escreventes e auxiliares quantos forem necessários, a critério de cada Delegatário.
- (E) Os contratos de trabalho, regidos pela legislação trabalhista, serão livremente celebrados entre os notários e registradores e seus prepostos, cabendo à Corregedoria Geral da Justiça ou ao Juiz Diretor do Foro sua aprovação ou homologação.



5. Considerando-se o Registro Civil das Pessoas Naturais é correto afirmar:
- (A) Extinta a serventia, os livros do cartório serão encaminhados para o serviço da mesma natureza mais próximo, ou àquele localizado na sede da respectiva comarca, conforme determinado pela Corregedoria Geral da Justiça, prosseguindo-se a prática dos atos nos referidos livros quanto às pessoas naturais do local da serventia extinta.
 - (B) Os registros civis poderão ser lavrados fora da sede da serventia, nas unidades hospitalares, nas associações de moradores, mutirões e campanhas de direito de cidadania, após prévia comunicação à Corregedoria Geral da Justiça quando os atos forem praticados dentro da circunscrição ou, após prévia autorização da Corregedoria Geral de Justiça, quando os atos forem praticados fora da circunscrição.
 - (C) Os registradores podem realizar propaganda comercial para a divulgação das suas atividades, como a divulgação da denominação do cartório e seu endereço em listas telefônicas ou em sítios na internet.
 - (D) Nos serviços de que é titular, o registrador não poderá praticar pessoalmente qualquer ato de seu interesse, do de seu cônjuge, ou de parentes em linha reta ou colateral, consanguíneos ou afins, até o quarto grau.
 - (E) O ato constitutivo da adoção será registrado no serviço de registro civil de pessoas naturais do domicílio do(a) adotado(a), no livro "E", na forma e exigências do artigo 47 da Lei nº 8.069/90 com o cancelamento do registro anterior.
6. Quanto ao Registro Civil das Pessoas Naturais, de acordo com o Código de Normas dos Serviços Notariais e de Registro do Estado de Pernambuco, é correto afirmar:
- (A) Os advogados e procuradores das partes poderão examinar os processos e documentos constantes dos registros e arquivos da serventia, inclusive para fins de verificação do conteúdo dos livros e assinaturas, independentemente de autorização judicial específica.
 - (B) As folhas dos livros deverão seguir o padrão de tamanho A4, com gramatura mínima de 75 g/m² (setenta e cinco gramas por metro quadrado), contendo no máximo 200 (duzentas) folhas por livro.
 - (C) A averbação será feita pelo oficial do cartório em que constar o assento, tendo em vista a carta de sentença ou o mandado e quando houver razão impeditiva do cumprimento da ordem judicial caberá ao oficial suscitar a dúvida diretamente ao juízo prolator da decisão.
 - (D) O Fundo Especial do Registro Civil – FERC – é formado por recursos provenientes do recolhimento de quantia equivalente a 20% (vinte por cento) do valor dos emolumentos recebidos pelos notários e registradores, bem como pelas serventias administradas pelo Poder Judiciário do Estado de Pernambuco.
 - (E) O traslado de assento de nascimento lavrado em consulado brasileiro poderá ser requerido até dois anos depois de lavrado o ato. Após esse prazo deverá ser solicitado registro tardio.
7. Quanto ao Registro Civil das Pessoas Naturais é correto afirmar:
- (A) Apenas as serventias situadas nas sedes das comarcas são obrigadas a manter o Livro "E" para inscrição das emancipações, interdições, ausências, tutelas, curatelas, os traslados ou registros de nascimentos, casamentos e óbitos de estrangeiros.
 - (B) Se houver dados que não possam ser mencionados, é vedada certidão de inteiro teor, salvo se for requerida pelo próprio interessado, por procurador com poderes especiais ou por determinação judicial, esclarecendo-se tal circunstância no termo.
 - (C) A declaração de nascimento pode ser feita por qualquer pessoa idônea, não havendo precedência na ordem legal para os declarantes.
 - (D) Não cabe ao oficial registrador empreender diligência para comprovar a veracidade da declaração de nascimento a ele formulada, respondendo o declarante civil e criminalmente por eventual declaração falsa.
 - (E) Para o registro de nascimento, além da declaração de nascido vivo daquele cujo parto tenha ocorrido com assistência médica, são imprescindíveis duas testemunhas maiores e capazes.
8. Sobre o assento de nascimento é correto afirmar:
- (A) A mulher solteira, separada, divorciada ou viúva, que viva com homem solteiro, separado, divorciado ou viúvo, poderá requerer ao juiz competente que seja averbado, no seu registro de nascimento, o patronímico do companheiro, sem prejuízo dos apelidos próprios, de família.
 - (B) O registro de nascimento é lavrado de acordo com a DNV (Declaração de Nascido Vivo) instituída pelo Ministério da Saúde, devidamente preenchida e firmada pelo responsável da unidade de saúde onde ocorreu o parto, devendo a via destinada ao cartório ser retida pelo oficial do registro e dispensa testemunhas mesmo se o parto ocorreu sem assistência médica.
 - (C) O registro deve ser efetuado em até 15 (quinze) dias do nascimento, no cartório situado no lugar em que ocorreu o parto ou no lugar da residência dos pais. Após quinze dias do nascimento, o registro deve obrigatoriamente ser lavrado no lugar do nascimento do registrando.
 - (D) As declarações de nascimento feitas após o decurso do prazo legal serão apresentadas diretamente ao oficial do registro civil do lugar de residência do interessado ou do nascimento do registrando.
 - (E) É permitido legitimar e reconhecer filho no ato do casamento, com a averbação da alteração do patronímico materno decorrente deste no termo de nascimento de filho, bem como na respectiva certidão.



9. Com relação ao casamento, é correto afirmar:
- (A) No processo de habilitação de casamento, é indispensável o reconhecimento de firma dos nubentes, que poderá ser feito por semelhança.
 - (B) Na habilitação para casamento civil de estrangeiro o atestado consular não serve como documento comprobatório da inexistência de impedimento matrimonial.
 - (C) O consentimento de analfabeto para o casamento de seu filho será dado por procurador constituído por instrumento público ou por termo nos autos de habilitação, colhida a impressão digital, com assinatura a rogo de duas testemunhas, todos devidamente qualificados.
 - (D) Não obstante as recentes decisões do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, não é possível a conversão de união estável homoafetiva em casamento por falta de previsão legal.
 - (E) O casamento religioso, celebrado sem a prévia habilitação perante o oficial de registro público, poderá ser registrado desde que apresentados os documentos pelos nubentes, com o requerimento de registro, a prova do ato religioso e os documentos exigidos pelo Código Civil, dispensados os editais de proclamas.
-
10. Quanto aos atos praticados pelo oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais, é correto afirmar:
- (A) O assento da conversão da união estável em casamento será lavrado no Livro "B", exarando-se o determinado no art. 70, parágrafos 1º ao 8º e 10º, da Lei nº 6.015/73, sem a indicação do nome e assinatura do presidente do ato, anotando-se no respectivo termo que se trata de conversão de união estável em casamento.
 - (B) A Declaração de Óbito (DO) instituída pelo Ministério da Saúde é peça indispensável para a lavratura do assento do registro de óbito, devendo estar preenchida de forma completa, principalmente, no que se relaciona ao nome do falecido, sua qualificação, lugar do falecimento e a *causa mortis*.
 - (C) Os assentos de nascimentos, casamentos e óbitos, no estrangeiro, pela autoridade diplomática brasileira nesses países, serão trasladados no Livro "E", do serviço de Registro Civil de Pessoas Naturais competente, para surtirem efeitos no Brasil, após homologação judicial.
 - (D) Para efeitos de averbação à margem do assento onde foi realizado o casamento se exigirá comprovante de prévio registro das sentenças de separação ou divórcio no Livro "E", da serventia de Registro Civil das Pessoas Naturais.
 - (E) No assento de nascimento do indígena, integrado ou não, deve ser lançado, obrigatoriamente, o nome indígena do registrando, não se aplicando o artigo 55, parágrafo único, da Lei nº 6.015/73.
-
11. Considerando-se os atos notariais,
- (A) na alienação de imóvel rural com área superior a 10.000 ha (dez mil hectares) é obrigatória a apresentação de planta georreferenciada e memorial descritivo elaborados de acordo com as exigências e prescrições da Lei Federal nº 10.267/2001. Para os imóveis com área inferior a 10.000 ha (dez mil hectares), a dispensa da sua descrição por planta georreferenciada deverá estar autorizada em decreto federal específico, a ser consignado pelo tabelião na escritura respectiva.
 - (B) a escritura de doação de bem móvel ou imóvel em favor de descendente pode ser lavrada a qualquer tempo, mas é necessária a intervenção ou autorização dos demais descendentes não contemplados pelo ato de liberalidade.
 - (C) é vedado aos tabeliães realizarem, por si ou por seus prepostos, em virtude de solicitação de interessado, perante as repartições públicas e serventias registras, diligências necessárias ou convenientes ao preparo ou eficácia dos atos notariais, devendo o interessado promover tais diligências por si próprio ou procurador bastante.
 - (D) a cessão ou alienação de parte ideal de imóvel rural é permitida desde que não caracterize tentativa de burla à lei, o que será examinado pelo tabelião com seu prudente critério e baseado em elementos de ordem objetiva, especialmente na quantidade de lotes parcelados e na sua localização. Nesta hipótese, o tabelião deverá consignar no instrumento o inteiro teor da autorização emitida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, bem como o número da respectiva averbação na matrícula do imóvel.
 - (E) na lavratura da escritura de doação deverá constar o lançamento e recolhimento do Imposto de Transmissão *Causa Mortis* e Doação – ITCMD, devido à Fazenda Estadual, seja com relação a bens móveis ou imóveis, exceto no caso de doação de numerário necessário à aquisição de imóvel por menor, nos termos do art. 307, § 1º, do Provimento nº 20 da CGJPE; ou no caso de doação de quotas ou ações de sociedade empresária, pelo valor do patrimônio líquido avaliado em balanço especial.



12. Tendo-se em conta os atos notariais,
- (A) os procedimentos para a lavratura das escrituras de separação, divórcio, inventário e partilha extrajudicial, por via administrativa ou extrajudicial, conforme previsto na Lei nº 11.441/2007, deverão observar as normas da Resolução nº 35, de 24/04/2007 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ e a opção pela via extrajudicial para a resolução consensual das matérias envolvidas admite a existência de interessados incapazes.
 - (B) as escrituras públicas extrajudiciais de inventário e partilha, separação e divórcio consensuais dependem de homologação judicial e, depois de homologadas, constituem títulos hábeis para o registro civil e imobiliário, transferência de bens e direitos, bem como para promoção de todos os atos necessários para levantamento de valores e transferência de bens perante o Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN, Junta Comercial, Registro Civil de Pessoas Jurídicas, instituições financeiras, empresas seguradoras e companhias telefônicas.
 - (C) não se pode transferir o usufruto por alienação, mas o seu exercício, após instituído e registrado no cartório de imóveis competente, pode ceder-se, por meio de escritura pública, por título gratuito ou oneroso. Sendo o exercício do usufruto cedido gratuitamente, a escritura de cessão deve consignar o prévio recolhimento do Imposto de Transmissão *Causa Mortis* e Doação – ITCMD.
 - (D) o valor dos emolumentos deverá corresponder ao efetivo custo e à adequada e suficiente remuneração dos serviços prestados, conforme estabelecido no parágrafo único, do artigo 1º, da Lei nº 10.169/2000, observando-se, quanto à sua fixação, as regras previstas no artigo 2º, da citada lei, permitida a fixação de emolumentos em percentual incidente sobre o valor do negócio jurídico objeto dos serviços notariais e de registro.
 - (E) para fins de percepção das verbas previstas na Lei nº 6.858/80, que dispõe sobre o pagamento, aos dependentes ou sucessores, de valores devidos pelos empregadores aos empregados e os montantes das contas individuais do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e do Fundo de Participação PIS-PASEP, não recebidos em vida pelos respectivos titulares, não é admissível a escritura pública de inventário e partilha extrajudiciais.
-
13. Considerando-se os atos dos tabeliões de notas, é correto afirmar:
- (A) Os cônjuges dos herdeiros deverão comparecer ao ato de lavratura da escritura pública de inventário e partilha quando houver renúncia ou algum tipo de partilha que importe em transmissão, mesmo se o casamento se der sob o regime da separação de bens.
 - (B) O comparecimento pessoal das partes é dispensável à lavratura da escritura pública de separação ou divórcio consensual, sendo facultado aos separandos ou divorciandos se fazerem representar por mandatário constituído por instrumento particular, com poderes especiais, descrição das cláusulas essenciais e prazo de validade de sessenta dias.
 - (C) No restabelecimento de sociedade conjugal por escritura pública, ainda que a separação tenha sido judicial, é necessária e suficiente a apresentação de certidão da sentença de separação ou da averbação da separação no assento de casamento, sendo possível a alteração do regime de bens.
 - (D) O companheiro ou convivente em regime de união estável, mesmo homoafetivo, que tenha direito à sucessão é parte na escritura pública de inventário e partilha, havendo a necessidade de ação judicial se o autor da herança não deixar outro sucessor ou não houver consenso de todos os herdeiros, inclusive quanto ao reconhecimento da união estável.
 - (E) O testamento lavrado em hospital ou se o testador estiver em avançado estado de doença, quando possa, validamente expressar a sua vontade, deverá consignar tal fato de modo claro, além de apresentação de atestado médico que comprove as condições do testador para expressar sua vontade, exigindo-se para o ato cinco testemunhas instrumentárias.
-
14. Para a prática de atos notariais o tabelião deve observar
- (A) independência em relação aos participantes do ato jurídico por ele documentado, abstendo-se de orientá-los e aconselhá-los sobre a natureza, o conteúdo e os efeitos do ato que pretendem celebrar.
 - (B) a comunicação, à Central Eletrônica de Atos Notariais, até o dia 15 de cada mês, de informações sobre os seguintes atos praticados nos Tabelionatos de Notas do Estado de Pernambuco: I – testamentos públicos; II – aprovações de testamentos cerrados; III – revogações de testamentos; IV – escrituras públicas de inventário e partilha, separação e divórcio consensuais, bem como o restabelecimento da sociedade conjugal.
 - (C) que concluída a lavratura do testamento público, com a assinatura do testador, das testemunhas e do tabelião ou substituto designado, será impresso e entregue ao testador, ou ao testamenteiro designado no ato, um traslado, fiel reprodução do ato original, no qual devem constar as assinaturas ou rubricas do testador e das testemunhas.
 - (D) que não pode o tabelião deixar de dar seguimento à aprovação do testamento cerrado sob o pretexto de não dispor ou não adotar na serventia, meios e instrumentos para coser e assim garantir a inviolabilidade física das folhas do testamento.
 - (E) que a alienação fiduciária de bens imóveis, regulada pela Lei nº 9.514/97, é negócio jurídico pelo qual o devedor, ou fiduciante, com o escopo de garantia, contrata a transferência ao credor, ou fiduciário, da propriedade resolúvel de coisa imóvel, o que pode compreender bens enfitêuticos.



15. Quanto aos atos dos tabeliões de notas, é correto afirmar:

- (A) Uma mesma pessoa não poderá praticar atos notariais, simultaneamente, como representante do outorgante e do outorgado, se os interesses das partes forem aparentemente conflitantes, mesmo que investido de poderes específicos ou especiais de mandatário pelas partes a serem representadas.
- (B) Sendo dois ou mais mandatários nomeados no mesmo instrumento, com declaração de que são mandatários conjuntos, não terá eficácia o ato praticado sem a interferência de todos, salvo havendo ratificação, que valerá a partir de sua realização.
- (C) Outorgado o mandato com a cláusula "em causa própria", a sua revogação não terá eficácia, mas se extinguirá pela morte de qualquer das partes, ficando o mandatário ou procurador dispensado de prestar contas, mas impedido de transferir para si os bens móveis ou imóveis objeto do mandato, resolvendo-se em perdas e danos.
- (D) O mandato em termos gerais só confere ao procurador outorgado poderes de administração. Para fins de alienar, dispor, transferir domínio, direito e ação, hipotecar, gravar ou praticar quaisquer outros atos que exorbitem da administração ordinária, depende a procuração de poderes especiais, com expressa menção e referência aos bens móveis e imóveis que poderão ser alienados ou gravados pelo mandatário.
- (E) Ata notarial é a narração real de fatos verificados pessoal e exclusivamente pelo tabelião e conterà: I – local, data de sua lavratura e hora; II – nome e qualificação do solicitante; III – narração circunstanciada dos fatos; IV – declaração de haver sido lida ao solicitante e, sendo o caso, às testemunhas; V – assinatura do solicitante ou de alguém a seu rogo e, sendo o caso, das testemunhas; VI – assinatura e sinal público do tabelião.

16. É correto afirmar:

- (A) A matrícula dos imóveis deve ser feita no livro nº 01 do Registro de Imóveis e deve observar que, a cada imóvel, corresponderá uma única matrícula, que será aberta por ocasião do primeiro registro a ser feito na vigência da Lei nº 6.015/73.
- (B) Não se exigirá, por ocasião da efetivação do registro do imóvel destacado de glebas públicas, a retificação do memorial descritivo da área remanescente, que somente ocorrerá a cada três anos, contados a partir do primeiro destaque, englobando todos os destaques ocorridos no período.
- (C) Qualquer que seja o município, o projeto de loteamento e desmembramento deverá ser aprovado pela Prefeitura Municipal, ou do Distrito Federal quando for o caso, a quem compete também a fiscalização das diretrizes a que aludem os arts. 6º e 7º da Lei nº 6.766/79, sem exceção.
- (D) A aplicação do selo de autenticidade será feita de modo a gerar uma vinculação entre o selo e o respectivo ato ou documento, possibilitando identificar a que ato ou documento específico o selo se refere, ainda quando múltiplos os atos praticados num mesmo documento.
- (E) O reconhecimento de firma por autenticidade exige um livro próprio onde o signatário da firma lançará sua assinatura na presença do Tabelião ou preposto designado, devendo tal livro ser levado ao local onde se colherá a assinatura cujo reconhecimento se pretende, sempre que for assim solicitado.

17. Sobre o procedimento para protesto de título, é correto afirmar que

- (A) é obrigação do apresentante informar o endereço do devedor, respondendo civilmente caso informe endereço errado por má-fé.
- (B) a intimação feita ao devedor pode ser pessoal, postal com aviso de recebimento ou por edital, devendo a intimação pessoal ou postal ser necessariamente na pessoa do devedor.
- (C) só será admitida a intimação postal quando frustrada a intimação pessoal.
- (D) a intimação por edital terá cabimento apenas quando o devedor se encontrar em local incerto e não sabido.
- (E) não compete ao tabelião de protesto qualificar o título apresentado quanto à sua legalidade.



18. O protesto é indispensável para
- (A) execução de cheque prescrito.
 - (B) execução de nota promissória que não traz algum dos elementos essenciais.
 - (C) assegurar o direito de regresso contra os endossantes do cheque.
 - (D) assegurar o direito de crédito contra os endossantes e seus avalistas na duplicata.
 - (E) cobrar o devedor principal e seu avalista nos títulos com cláusula "sem despesa".
19. O protesto de título emitido na Alemanha, em moeda estrangeira
- (A) não pode ser realizado no Brasil.
 - (B) pode ser livremente lavrado no Brasil, da forma como foi emitido, devendo ser o pagamento feito na moeda expressa no título.
 - (C) deve estar acompanhado de tradução por tradutor juramentado e o pagamento deve ser feito em moeda corrente nacional convertida pelo câmbio da data da apresentação.
 - (D) deve estar acompanhado de tradução por tradutor juramentado, homologação pelo Superior Tribunal de Justiça e pagamento em moeda corrente nacional convertida pelo câmbio do dia do efetivo pagamento.
 - (E) deve ser autenticado pelo consulado brasileiro do lugar da emissão do título, acompanhado de tradução por tradutor juramentado e autorização judicial para protesto de valores em moeda estrangeira.
20. Sobre o prazo para protesto, conforme previsto na Lei nº 9.492/97,
- (A) após o vencimento do título, o protesto só pode ser efetuado por falta de pagamento.
 - (B) o protesto por falta de aceite pode ser efetuado a qualquer tempo, desde que haja comprovante de entrega da mercadoria.
 - (C) após o vencimento e após o prazo para aceite, o protesto pode ser feito por falta de pagamento ou falta de aceite, a critério do credor.
 - (D) somente enquanto não prescrito o título, pode ser feito o protesto por falta de pagamento ou por falta de aceite.
 - (E) somente após trinta dias do vencimento é que o protesto pode ser feito por falta de pagamento.
21. Sobre a prenotação é correto afirmar que
- (A) é realizada no Livro 2 do Registro de Imóveis.
 - (B) é automática e obrigatória a partir do momento que o título é apresentado para exame e cálculo dos respectivos emolumentos.
 - (C) não pode ser obstada em virtude de qualquer exigência fiscal ou dívida e, uma vez realizada, determina a prioridade do título e, por conseguinte, a preferência dos direitos reais.
 - (D) o direito de preferência decorrente da prenotação é absoluto, não comportando exceção.
 - (E) o direito de preferência é assegurado pela data da realização da escritura pública, independente da data de apresentação a registro.
22. Apresentada uma cédula rural pignoratícia e hipotecária, o seu registro deverá acontecer junto ao Ofício do Registro de Imóveis da seguinte forma:
- (A) será feito o registro da cédula rural no Livro 3 – Registro Auxiliar e da hipoteca no Livro 2 – Registro Geral, ambos da circunscrição da situação do imóvel de localização dos bens apenados e hipotecados.
 - (B) a cédula rural será registrada no Livro 3 – Auxiliar, onde será em seguida feita uma averbação da hipoteca, ambos os atos na circunscrição da situação do imóvel de localização dos bens apenados e hipotecados.
 - (C) somente é feito o registro da cédula rural hipotecária, na medida em que a cédula rural pignoratícia só traz como garantia apenas bens móveis e se-moventes, estranhos ao registro imobiliário.
 - (D) será feita a averbação da cédula rural no Livro 2 – Registro Geral e registro da hipoteca no Livro 3 – Registro Auxiliar, ambos da circunscrição da situação do imóvel de localização dos bens apenados e hipotecados.
 - (E) será feito o registro da cédula rural no Livro 2 – Registro Geral nas serventias imobiliárias de todas circunscrições em que existam bens empenhados e hipotecados, sem prejuízo da averbação da hipoteca no Livro 2 – Registro Geral da circunscrição da situação do imóvel.
23. Após ter sido apresentado a registro um título, foi pelo oficial apresentada Nota de Devolução por existir exigência a ser satisfeita pelo interessado, que poderá
- (A) acatar a exigência e cumpri-la oportunamente, pois está assegurado o seu direito de prioridade em virtude do protocolo, pelo prazo de trinta dias contados da devolução.
 - (B) fazer requerimento escrito ao oficial para que realize o registro independente da exigência, assumindo e reconhecendo todos os riscos decorrentes da falta de cumprimento da exigência, hipótese em que o oficial não poderá se opor ao registro.
 - (C) desistir do registro, esperar terminar o prazo da prenotação e apresentar o título para registro em outra serventia registral da circunscrição do imóvel.
 - (D) suscitar a dúvida para o juiz de direito competente para dirimir todas as questões que versam sobre direito notarial e de registro.
 - (E) apresentar requerimento ao oficial para que este suscite dúvida perante o juízo competente para dirimi-la.
24. O registro de compromisso de compra e venda, cessão e promessa de cessão é admitido
- (A) apenas em contratos vinculados ao Sistema Financeiro de Habitação, como título aquisitivo do direito real de propriedade.
 - (B) apenas na hipótese de adjudicação judicial do imóvel quando o promitente vendedor ou cedente se recusa a formalizar o negócio definitivo por instrumento público.
 - (C) diante da vinculação à cédula de crédito imobiliário ou quando existe pacto adjeto de alienação fiduciária de bem imóvel.
 - (D) em contratos de aquisição de lote em loteamento, valendo como título para o registro da propriedade quando acompanhado da respectiva quitação.
 - (E) em contratos que tenham por objeto imóveis com valor venal de até trinta salários mínimos, valendo como título aquisitivo do direito real de propriedade.



<p>25. Sobre a matrícula, é correto afirmar que</p> <p>(A) pode ser aberta diante de alienação de parte ideal de imóvel, desde que tenha sido alienada como parte certa e determinada.</p> <p>(B) em caso de retificação de área, será cancelada a matrícula do imóvel com área sujeita a retificação e será aberta nova matrícula do imóvel com área retificada.</p> <p>(C) será necessariamente aberta em relação a imóvel objeto de transcrição, ato registral anterior à vigência da Lei nº 6.015/73, diante da prática de qualquer registro ou averbação relativamente a este imóvel.</p> <p>(D) não poderá ser aberta nova matrícula em virtude de fusão de imóveis, bem assim em caso de desmembramento ou desdobro, pois a matrícula mãe não pode ser cancelada em virtude da prática destes atos.</p> <p>(E) a cada alienação de fração ideal de imóvel com área superior ao módulo rural é possível a imediata abertura de matrícula como expressão do princípio da especialidade.</p>	<p>28. Sobre os títulos, documentos e papéis escritos em língua estrangeira, analise as afirmações abaixo.</p> <p>I. Uma vez adotados os caracteres comuns, poderão ser registrados no original, para o efeito da sua conservação ou perpetuidade.</p> <p>II. Para produzirem efeitos legais no país e para valem contra terceiros, deverão ser vertidos em vernáculo e registrada a tradução, o que, também, se observará em relação às procurações lavradas em língua estrangeira.</p> <p>III. Para o registro resumido, não há necessidade de tradução.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I.</p> <p>(B) II e III.</p> <p>(C) III.</p> <p>(D) I e II.</p> <p>(E) II.</p>
<p>26. Sobre a aquisição de imóveis rurais por estrangeiro, analise as afirmações abaixo.</p> <p>I. É livre a aquisição de imóvel rural por pessoa jurídica estrangeira, qualquer que seja a área adquirida.</p> <p>II. A soma das áreas rurais pertencentes a pessoas estrangeiras não pode ultrapassar um quarto da superfície do Município onde se situem.</p> <p>III. A aquisição de imóvel rural não superior a três módulos de exploração indefinida por pessoa física estrangeira é livre, ressalvadas as exigências gerais determinadas em lei.</p> <p>IV. Nenhum estrangeiro pode ter mais do que cinquenta módulos rurais de exploração indefinida, em área contínua ou descontínua.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) III e IV.</p> <p>(C) I e III.</p> <p>(D) I, III e IV.</p> <p>(E) II, III e IV.</p>	<p>29. A Lei nº 6.015/73 no que se refere ao Registro de Títulos e Documentos dispõe que</p> <p>(A) o oficial, salvo quando agir de má-fé, devidamente comprovada, não será responsável pelos danos decorrentes da anulação do registro, ou da averbação, por vício intrínseco ou extrínseco do documento, título ou papel, mas, tão somente, pelos erros ou vícios no processo de registro.</p> <p>(B) o registro e a averbação deverão ser feitos em até dez dias e, quando não o puderem ser, por acúmulo de serviço, o lançamento poderá ser prorrogado por mais dez dias, e sem prejuízo da ordem da prenotação.</p> <p>(C) o oficial não poderá recusar registro a título e a documento mesmo quando não se revistam das formalidades legais.</p> <p>(D) os títulos terão sempre um número diferente, segundo a ordem de apresentação, salvo quando se refiram à mesma pessoa.</p> <p>(E) o simples fato da apresentação de um título, documento ou papel, para registro ou averbação, constituirá, para o apresentante, direito sobre o mesmo, quando não seja o próprio interessado.</p>
<p>27. A respeito dos livros utilizados no registro de Títulos e Documentos, a Lei nº 6.015/73 dispõe que haverá o</p> <p>(A) Livro "B" – para inscrição, por extração, de títulos e documentos, a fim de surtirem efeitos em relação a terceiros e autenticação de data.</p> <p>(B) Livro "E" – protocolo para apontamentos de todos os títulos, documentos e papéis apresentados, diariamente, para serem registrados, ou averbados.</p> <p>(C) Livro "A" – índice remissivo de todos os registros e averbações.</p> <p>(D) Livro "C" – para transladação integral de títulos e documentos, sua conservação e validade contra terceiros, ainda que registrados por extratos em outros livros.</p> <p>(E) Livro "D" – indicador pessoal, substituível pelo sistema de fichas, a critério e sob a responsabilidade do oficial.</p>	<p>30. Sobre o registro de jornais, oficinas, impressoras, empresas de radiodifusão e agência de notícias, a Lei Federal nº 6.015/73 dispõe que</p> <p>(A) a falta de matrícula das declarações, exigidas pela referida lei, ou da averbação da alteração, será punida com multa que terá o valor de dez a vinte salários mínimos da região.</p> <p>(B) a sentença que impuser a multa fixará prazo, não inferior a dez dias, para matrícula ou alteração das declarações.</p> <p>(C) a multa será aplicada pela autoridade judiciária em representação feita pelo oficial, e cobrada por processo executivo, mediante ação do órgão competente.</p> <p>(D) se a matrícula ou alteração não for efetivada no prazo superior a dez dias, o juiz poderá impor nova multa, agravando-a de 100% (cem por cento) toda vez que seja ultrapassado de trinta dias o prazo assinalado na sentença.</p> <p>(E) considera-se clandestino o jornal, ou outra publicação periódica, não matriculado nos termos da lei ou de cuja matrícula não constem os nomes, declarações de bens e as qualificações de todos os funcionários e proprietários.</p>



Direito Constitucional

31. Em relação a possibilidade de aplicação do conceito de federação assimétrica ao Brasil, é correto afirmar:
- (A) A concepção inclui a ideia de simetria de fato entre os componentes da federação, como a criação de regiões de desenvolvimento.
- (B) O conceito compreende a noção da simetria de direito para corrigir e compensar a estrutura da federação, *v.g.*, a fixação de benefícios legais na área tributária.
- (C) A diferença entre os entes federados no Brasil pode ocorrer tanto na área social, como na econômica.
- (D) Os elementos da federação assimétrica não são aplicáveis à realidade nacional diante da determinação constitucional que a federação é indissolúvel, não há permissão a secessão.
- (E) A assimetria somente pode ser transitória e pressupõe um tratamento desigual para corrigir desigualdades.
-
32. Quanto aos requisitos para obtenção da nacionalidade brasileira é correto afirmar:
- (A) Os nascidos no estrangeiro, de pai ou mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil podem optar, a qualquer tempo, até atingirem a maioridade, pela nacionalidade brasileira.
- (B) Pendente a nacionalidade brasileira do extraditando da homologação judicial *ex tunc* da opção já manifestada, suspende-se o processo extradicional.
- (C) São privativos de brasileiro nato os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, Presidente da Câmara dos Deputados, Presidente do Senado Federal, Ministro do Supremo Tribunal Federal, da carreira diplomática, de oficial de Forças Armadas, do Ministro de Estado de Defesa, Ministros de Estado e Ministros do Tribunal de Contas da União.
- (D) A garantia da não extradição aplica-se integralmente aos brasileiros natos e naturalizados, diante do princípio da igualdade.
- (E) Os estrangeiros de qualquer nacionalidade residentes no Brasil há mais de quinze anos ininterruptos, sem condenação criminal e com idoneidade moral podem requerer a nacionalidade brasileira, com exceção dos originários de língua portuguesa, em que se exige somente cinco anos.
-
33. O plano plurianual e as diretrizes orçamentárias são leis de iniciativa
- (A) do Poder Legislativo, através de Comissão da Câmara dos Deputados.
- (B) do Poder Legislativo, através de Comissão do Senado Federal.
- (C) do Poder Judiciário.
- (D) do Poder Executivo.
- (E) concorrente dos Poderes Executivo e Legislativo.
-
34. Segundo a Constituição Federal, constituem o patrimônio público brasileiro:
- (A) as criações científicas e tecnológicas.
- (B) somente bens de natureza material e tangíveis.
- (C) os sítios de valor histórico e arqueológicos, excluídos os paisagísticos.
- (D) os remanescentes das comunidades dos quilombos, que devem ter a propriedade de terra revertida ao Poder Público, visando a preservação.
- (E) culturas indígenas e afro-brasileiras, afastando outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.
-
35. O regime democrático tem como fundamento ontológico a dignidade da pessoa humana e, no âmbito teleológico, o bem comum, no sentido do bem de todos naquilo que temos em comum, sem nenhuma forma de discriminação. Neste contexto, torna-se fundamental o princípio da igualdade. Considerando a arquitetura constitucional brasileira sobre os direitos fundamentais individuais, é correto afirmar:
- (A) As Comissões Parlamentares de Inquérito têm poderes de investigação próprio das autoridades judiciais, podendo determinar a violação de domicílio ou a interceptação de correspondência.
- (B) Em suas relações internacionais, aplica-se o princípio de repúdio ao racismo, de modo que, a liberdade de expressão, prevista como direito fundamental, pode sofrer limitações de caráter moral e jurídico.
- (C) As comunicações telemáticas podem ser interceptadas, sem ordem prévia judicial.
- (D) A liberdade religiosa inclui a liberdade de crença e do exercício do respectivo culto, motivo pelo qual há imunidade de impostos sobre os templos, alcançando o comércio de artigos religiosos e, na esfera educacional, o ensino religioso tem matrícula facultativa.
- (E) Para evitar possíveis constrangimentos, a pessoa civilmente identificada, não será submetida a identificação criminal, salvo se for analfabeto. A identificação civil poder ser atestada pela apresentação da carteira de identidade, carteira de trabalho, carteira profissional, passaporte, carteira de identificação funcional ou outro documento público que permita a identificação do indiciado.
-
36. O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente e do jovem, admitida a participação de entidades não governamentais, mediante políticas específicas de proteção especial, que NÃO incluem o seguinte preceito:
- (A) aplicação de percentual dos recursos públicos destinados à saúde na assistência materno-infantil e garantia de acesso do trabalhador adolescente e jovem à escola.
- (B) garantia de pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, igualdade na relação processual e defesa técnica por profissional habilitado, segundo dispuser a legislação tutelar específica.
- (C) estímulo do Poder Público, através de assistência jurídica, incentivos fiscais e subsídios, nos termos da lei, ao acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente órfão ou abandonado.
- (D) fomentar a criação do estatuto da juventude, destinado a regular os direitos dos jovens e gerir políticas públicas através de um plano nacional de juventude, de duração decenal, visando à articulação das várias esferas do poder público para a execução de políticas públicas, com ênfase na garantia de direitos trabalhistas e instituição da garantia de gratuidade dos transportes coletivos urbanos.
- (E) fixação de programas de prevenção e atendimento especializado à criança, ao adolescente e ao jovem dependente de entorpecentes e drogas afins.



37. Segundo decisão do Supremo Tribunal Federal: “Os condicionamentos impostos pela Resolução 07/2005, do Conselho Nacional de Justiça, não atentam contra a liberdade de prover e desprover cargos em comissão e funções de confiança. As restrições constantes do ato resolutivo são, no rigor dos termos, as mesmas já impostas pela Constituição de 1988, dedutíveis dos republicanos princípios da impessoalidade, da eficiência, da igualdade e da moralidade. Improcedência das alegações de desrespeito ao princípio da separação dos poderes e ao princípio federativo. O CNJ não é órgão estranho ao Poder Judiciário (art. 92, CF) e não está a submeter esse Poder à autoridade de nenhum dos outros dois. O Poder Judiciário tem uma singular compostura de âmbito nacional, perfeitamente compatibilizada com o caráter estadualizado de uma parte dele. Ademais, o art. 125 da Lei Magna defere aos Estados a competência de organizar a sua própria Justiça, mas não é menos certo que esse mesmo art. 125, caput, junte essa organização aos princípios ‘estabelecidos’ por ela, Carta Maior, neles incluídos os constantes do art. 37, cabeça. Ação julgada procedente para: a) em prestar interpretação conforme à Constituição para deduzir a função de chefia do substantivo ‘direção’ nos incisos II, III, IV, V do art. 2º do ato normativo em foco; b) declarar a constitucionalidade da Resolução 07/2005, do CNJ.”

(ADC 12, Rel. Min. Ayres Britto, julgamento em 20-8-2008, Plenário, DJE de 18-12-2009.)

Com base na análise dos fundamentos desta decisão, é correto afirmar, segundo a doutrina, que

- (A) a interpretação conforme à Constituição, utilizada no âmbito do controle abstrato das normas, equivale a pronúncia de inconstitucionalidade sem redução de texto, sendo equivalentes as figuras da declaração de inconstitucionalidade sem redução do texto e a interpretação conforme à Constituição. O STF afastou-se da posição inicial que separava estas figuras.
- (B) a eficiência elevada a padrão de princípio constitucional tem por finalidade mitigar os direitos fundamentais para facilitar a atividade administrativa.
- (C) a impessoalidade visa coibir o desvio de finalidade da conduta, comissiva ou omissiva, sendo um desdobramento do princípio da igualdade, afastando a incidência da responsabilidade objetiva do Estado.
- (D) a moralidade administrativa procura evitar que a omissão prejudicial ao exercício de um direito ou o transcurso do tempo, sendo equiparada à improbidade administrativa.
- (E) a interpretação criativa adotada conforme à Constituição pode levar a construção de decisões manipulativas de efeitos aditivos ou substitutivos.

38. O principal debate teórico na seara do constitucionalismo, aqui considerado sintética e amplamente como técnica jurídica de tutela de direitos e garantias fundamentais do cidadão através de constituições escritas, reside na discussão se houve ou não a evolução para um novo paradigma denominado neoconstitucionalismo. A interpretação constitucional passou a ter uma gama de técnicas e princípios específicos de exegese. Independentemente da polêmica acadêmica, vem sendo aplicado, reiteradamente, em decisões importantes do Supremo Tribunal Federal, o Princípio da Proporcionalidade, com o seguinte sentido:

- (A) advém dos princípios gerais do direito e serve de regra de interpretação para todo o ordenamento jurídico. Acolhido na área do Direito Constitucional por estar vinculado a ideia de Estado de Direito e direitos fundamentais, especialmente quando há colisão de bens ou valores igualmente protegidos pela Constituição.
- (B) um mandato de otimização do querer constitucional, significando que entre diversas exegeses igualmente constitucionais, deve-se escolher a que se orienta para a constituição ou que melhor corresponde às decisões do constituinte.
- (C) as normas constitucionais devem ser vistas como um sistema integrado de regras e princípios, de modo a permitir ao intérprete a construção de soluções exigidas em cada situação concreta.
- (D) a opção hermenêutica deve dar preferência a critérios que favoreçam a integração social e a unidade política.
- (E) cânone da interpretação constitucional que visa dar densidade aos direitos fundamentais diante da possibilidade de interpretações expansivas.

Direito Administrativo

39. Como consequência decorrente dos vícios, os atos administrativos podem ser
- (A) nulos, sendo, no entanto, passíveis de convalidação, com base na discricionariedade da Administração.
 - (B) anuláveis, passíveis de convalidação diante de vício de forma.
 - (C) anuláveis, passíveis de convalidação por vício quanto ao motivo declarado.
 - (D) nulos, passíveis de convalidação quando se tratar de vício de competência, ainda que exclusiva.
 - (E) anuláveis, quando se tratar vício de finalidade, desde que a finalidade praticada também tenha sido pública.



40. *Tudo o que diz respeito à organização e ao funcionamento dos serviços públicos propriamente ditos, gerais ou locais, quer a Administração aja por via de contrato, quer proceda por via de autoridade, constitui uma operação administrativa que é pela sua natureza da competência administrativa.* Esse famoso trecho da decisão do caso Terrier, julgado pelo Conselho de Estado Francês em 1903, possibilitou, juntamente com a decisão proferida no caso Blanco, o delineamento da noção de serviço público no direito francês, que influenciou o direito administrativo brasileiro. Sem prejuízo da evolução da noção de serviço público, pode-se identificar como presentes desde o trecho citado até em grande parte das conceituações atuais do instituto, inclusive por autores pátrios, os seguintes elementos, ainda que não concomitantes:
- (A) elemento formal, na medida em que o serviço público é regido exclusivamente pelo direito público; e elemento subjetivo, porque os serviços públicos devem ser prestados por pessoas jurídicas de direito público.
- (B) elemento subjetivo, diante da presença do Estado, direta ou indiretamente, porque é frequente a prestação de serviços públicos por pessoas jurídicas de direito privado; e elemento formal, que se expressa pela submissão ao regime de direito público, ainda que não exclusivamente.
- (C) elemento material, que se traduz pelas atividades qualificadas como serviços públicos pela lei; e elemento subjetivo, que se expressa pela necessidade da presença direta do Estado na prestação dos serviços públicos para assim serem qualificados.
- (D) elemento material, que se traduz por toda atividade desempenhada pelo Estado e que se preste ao atendimento de necessidades públicas, prescindindo de previsão legal expressa; e elemento formal, que admite a prestação do serviço mediante submissão a regime exclusivamente privado ou exclusivamente público.
- (E) elemento subjetivo, que se traduz na presença do Estado na relação jurídica de prestação de serviços públicos, direta ou indiretamente, nesse caso, desde que se trate de pessoa jurídica de direito público; e elemento material, que se traduz pelas atividades qualificadas como serviços públicos pela lei.
41. A propósito do regime jurídico dos contratos administrativos, é correto afirmar que o
- (A) reequilíbrio econômico-financeiro do contrato é direito subjetivo do contratado, encontrando fundamento, inclusive, no caso da prestação de serviços públicos, no princípio da continuidade dos serviços públicos.
- (B) equilíbrio econômico-financeiro do contrato é direito subjetivo do contratado, que pode definir unilateralmente o mecanismo para a recomposição daquela equação, não cabendo à Administração discordar da forma, apenas do valor.
- (C) equilíbrio econômico-financeiro do contrato é definido anualmente, mediante verificação das condições de mercado, sendo permitido ao contratado exigir a alteração das condições contratadas para viabilizar a prestação material do objeto.
- (D) reequilíbrio econômico-financeiro é direito do contratado, que pode rescindir unilateralmente o contrato na hipótese de não restabelecimento daquela equação pela Administração Pública.
- (E) reequilíbrio econômico-financeiro é direito do contratado, que pode rescindir unilateralmente o contrato na hipótese de não restabelecimento daquela equação pela Administração Pública, desde que não se trate de prestação de serviços públicos, quando é necessária a via judicial para rescisão da avença.
42. A Administração Pública pretende alienar um prédio onde funciona uma Secretaria de Estado, uma vez que apurou que o valor de mercado do imóvel aumentou demasiadamente nos últimos 10 (dez) anos. Instada a se manifestar, a consultoria jurídica da Administração opinou pela ilegalidade da conduta, em razão da afetação do bem público. A orientação do órgão jurídico consultivo da Administração está
- (A) incorreta, na medida em que os bens públicos de uso comum do povo podem ser desafetados e alienados, observado o procedimento legal.
- (B) correta, pois o imóvel público está ocupado por um órgão da Administração, só sendo possível a alienação mediante autorização judicial.
- (C) incorreta, na medida em que o bem público de uso especial pode ser desafetado e alienado, nos termos da lei, cabendo à Administração a prévia transferência das atividades desenvolvidas no imóvel para outras instalações, adequadas para tanto.
- (D) correta, na medida em que se trata de bem de uso comum do povo, inalienável, imprescritível e impenhorável.
- (E) incorreta, pois o bem público em questão é da espécie dominical, sendo passível de ser alienado, na forma da lei, somente sendo necessária a desafetação caso a afetação tenha se dado por texto expresso de lei.
43. Em relação à responsabilidade civil do Estado e dos prestadores de serviços públicos, a Constituição Federal estabelece a modalidade
- (A) objetiva de responsabilização para as pessoas jurídicas de direito público, para as de direito privado prestadoras de serviço público e para seus agentes.
- (B) objetiva de responsabilização para as pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público e a responsabilidade subjetiva do agente público, que responde em caso de dolo ou culpa.
- (C) de responsabilidade subjetiva para os agentes públicos e para as pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público, mantida a responsabilidade subsidiária do Poder Público.
- (D) de responsabilidade objetiva subsidiária do Poder Público, possibilitando-se o direito de regresso em face do agente responsável pelo ato causador do dano somente no caso de dolo quando se tratar de delegatário de serviço público.
- (E) de responsabilidade objetiva solidária entre as pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público e seus agentes, quando estes tiverem atuado com dolo.
44. O Estado pretende instalar um gasoduto e uma estação de odorização em perímetro de seu território, destinado à ampliação da rede de distribuição de gás natural para a região oeste. Parte do perímetro abrangido pela obra atinge imóvel de titularidade da União Federal, o qual, contudo, não está afetado a nenhum serviço ou utilidade pública. O Estado pretende desapropriar a parte do bem público federal necessária à obra, o que, de acordo com a legislação vigente,
- (A) é possível, desde que a declaração de utilidade pública se preste à instituição de servidão administrativa.
- (B) é possível, porque o bem está desafetado, desde que mediante autorização legislativa.
- (C) não é possível, uma vez que a legislação vigente não admite a desapropriação de bens de um ente federado por outro.
- (D) é possível, desde que a desapropriação seja viabilizada por meio judicial.
- (E) não é permitido aos Estados desapropriar bens da União Federal, devendo se valer de outras vias para a viabilização da obra pública.



45. Tecendo comparação entre a extensão do controle da Administração Pública realizado pelo Poder Judiciário e aquele realizado pelo Poder Legislativo, é correto afirmar que
- (A) o controle realizado pelo Legislativo, inclusive com auxílio do Tribunal de Contas, pode abranger aspectos de legalidade e de mérito, podendo, inclusive, conforme o caso, adentrar alguns aspectos discricionários da atuação do Executivo.
 - (B) o controle realizado pelo Judiciário abrange análise de aspectos discricionários e de legalidade, mas a competência para proferimento de decisão para anulação ou suspensão de atos do Executivo restringe-se ao controle de legalidade.
 - (C) o controle realizado pelo Judiciário permite a sustação ou o desfazimento dos atos do Executivo, enquanto o controle realizado pelo Legislativo não permite essa ingerência, sendo necessária adoção da via judicial.
 - (D) o controle realizado pelo Legislativo é essencialmente financeiro, realizado pelo Tribunal de Contas, não sendo permitido controle de natureza política, nem a apreciação *a priori* ou *a posteriori*, por nenhuma de suas casas, de atos praticados pelo Executivo.
 - (E) tanto o controle realizado pelo Judiciário, quanto o controle realizado pelo Legislativo, atendem ao princípio da inércia, dependendo de provocação do interessado direto ou do suposto prejudicado pelo ato sindicado.
46. O princípio da moralidade encontra previsão expressa na Constituição Federal, devendo a Administração Pública observá-lo na realização de todas as suas atividades. Como fundamento autônomo, direto e expresso para controle dos atos da Administração Pública, pode-se invocá-lo na utilização da seguinte medida judicial:
- (A) mandado de segurança, na medida em que a atuação em desacordo com a moralidade implica na prática de ato ilegal.
 - (B) ação civil pública, na medida em que a atuação em desacordo com a moralidade pode implicar em prejuízos ao erário público, passíveis de serem recompostos por essa via.
 - (C) mandado de segurança individual, tendo em vista que alteração legislativa incluiu a ofensa à moralidade administrativa como fundamento autônomo para o desfazimento do ato atacado.
 - (D) ação popular, na medida que é possível pleitear a invalidação de atos praticados pelo poder público com base em ofensa à moralidade administrativa.
 - (E) ação civil pública ou ação popular, pois ambas são instrumentos dispostos diretamente aos cidadãos para controle de atos praticados pelo poder público, ainda que não se identifique prejuízo direto ao autor da ação.

Direito Tributário

47. Quando do registro da promessa de compra e venda como forma de assegurar o direito real à aquisição do imóvel, deve o Oficial do Registro de Imóveis observar
- (A) o recolhimento de taxa de fiscalização judiciária.
 - (B) a incidência de Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação – ITCMD.
 - (C) a incidência de Imposto sobre Transmissão de Bem Imóvel por ato entre vivos a título oneroso – ITBI.
 - (D) a imunidade em relação ao Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação – ITCMD por previsão expressa no Código Tributário Nacional.
 - (E) a não incidência de Imposto sobre Transmissão de Bem Imóvel por ato entre vivos a título oneroso – ITBI por não restar caracterizado o seu fato gerador.
48. Quando da realização de transmissão de bens imóveis e direitos a ele referentes com a finalidade de integralização de capital social pelo sócio de empresa haverá
- (A) incidência de Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação – ITCMD, tal como acontece no caso de incorporação de empresa, relativamente aos bens imóveis.
 - (B) imunidade em relação ao Imposto sobre Transmissão de Bem Imóvel por ato entre vivos a título oneroso – ITBI, tal como acontece quando na transmissão de bens imóveis na incorporação, fusão, extinção e cisão de pessoa jurídica.
 - (C) isenção em relação ao Imposto sobre Transmissão de Bem Imóvel por ato entre vivos a título oneroso – ITBI, tal como acontece no caso de incorporação imobiliária.
 - (D) imunidade em relação ao Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação – ITCMD, tal como acontece no caso de Imposto sobre Transmissão de Bem Imóvel por ato entre vivos a título oneroso – ITBI no caso de cessão de direitos reais.
 - (E) incidência de Imposto sobre Transmissão de Bem Imóvel por ato entre vivos a título oneroso – ITBI, tal como acontece no caso de incorporação imobiliária.
49. Quando da realização do negócio jurídico de compra e venda de bem imóvel o alienante declarou ao tabelião que não possuía débitos para com as Fazendas Públicas municipal, estadual e federal. Esta declaração foi consignada na Escritura Pública que ainda constou a assunção pelo alienante de qualquer obrigação tributária por fato gerador anterior à lavratura da Escritura. A responsabilidade tributária neste caso,
- (A) é do alienante, pelos tributos cujos fatos geradores sejam anteriores ao negócio.
 - (B) é do adquirente, ainda que tenham sido apresentadas as certidões negativas de débito pelo alienante.
 - (C) é solidária do alienante e do adquirente.
 - (D) pode ser solidária do tabelião ou do oficial do registro de imóveis com o adquirente quando não efetivamente fiscalizado o recolhimento do tributo devido na operação.
 - (E) somente será atribuída ao tabelião ou ao oficial do registro de imóveis em caráter exclusivo, pela omissão na fiscalização desta obrigação tributária por parte do alienante.



<p>50. A emissão de Declaração sobre Operações Imobiliárias – DOI</p> <p>(A) é obrigação acessória que tem como sujeito passivo o Oficial do Registro de Imóveis e o Tabelião de Notas, dentre outros.</p> <p>(B) é obrigação acessória que tem como sujeito passivo o alienante e o adquirente de imóvel rural, como forma de fiscalizar a incidência do Imposto Sobre Propriedade Territorial Rural – ITR.</p> <p>(C) é obrigação principal conferida aos adquirentes de bens imóveis, como forma de fiscalizar o recolhimento do Imposto sobre a Renda incidente sobre o ganho de capital.</p> <p>(D) deve ser apresentada pelo adquirente conjuntamente com a Declaração de Ajuste Anual para fins de Imposto sobre a Renda.</p> <p>(E) está dispensada de ser emitida quando a transmissão imobiliária tiver caráter gratuito, pois, neste caso, não haverá ganho de capital pelo alienante.</p>	<p>54. Sob pena de nulidade, o estatuto das associações conterá:</p> <p>I. A denominação, os fins e a sede da associação, bem como os requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados.</p> <p>II. Os direitos e deveres dos associados, bem como as fontes de recursos para manutenção das associações.</p> <p>III. O modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos, bem como a forma de gestão administrativa e de aprovação das contas associativas.</p> <p>Está correto o que consta em</p> <p>(A) I, II e III.</p> <p>(B) II e III, apenas.</p> <p>(C) I e II, apenas.</p> <p>(D) I e III, apenas.</p> <p>(E) II, apenas.</p>
<p>51. Pelo exercício da atividade notarial e de registro cabe a incidência de Imposto sobre</p> <p>(A) a Renda – Pessoa Jurídica.</p> <p>(B) a Circulação de Mercadorias e Serviços.</p> <p>(C) Serviços de Qualquer Natureza.</p> <p>(D) a Transmissão de Bens Imóveis.</p> <p>(E) a Propriedade Predial e Territorial Urbana e sobre a Propriedade Territorial Rural.</p>	<p>55. Em relação às fundações, é correto afirmar que</p> <p>(A) constituídas por negócio jurídico entre vivos, a transferência da propriedade sobre os bens dotados é obrigatória após a morte do instituidor, somente.</p> <p>(B) só podem elas ser constituídas para fins religiosos, econômicos, morais, culturais, assistenciais ou esportivos.</p> <p>(C) quando os bens destinados a constituí-las forem insuficientes, em regra voltarão ao instituidor, se vivo, ou serão transferidos aos herdeiros deste, se falecido.</p> <p>(D) para serem criadas, seu instituidor fará, por escritura pública ou testamento, dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destinam e declarando, se quiser, a maneira de administrá-la.</p> <p>(E) tornadas ilícita, impossível ou inútil sua finalidade, serão extintas e, em regra, seu patrimônio será incorporado ao Estado-membro em que sediadas.</p>
<p style="text-align: center;">Direito Civil</p> <p>52. A reconstituição legal no direito brasileiro</p> <p>(A) não se admite em nenhuma hipótese.</p> <p>(B) é admitida, excepcionalmente, desde que por disposição expressa nesse sentido.</p> <p>(C) admite-se como regra geral.</p> <p>(D) implica a revogação da lei anterior pela posterior.</p> <p>(E) tem como decorrência lógica a temporariedade de lei que passa a vigorar.</p>	<p>56. No tocante ao domicílio é correto afirmar:</p> <p>(A) Se a pessoa tiver diversas residências, onde viva alternadamente, considerar-se-á seu domicílio a mais antiga.</p> <p>(B) Têm domicílio necessário o incapaz, o servidor público, o militar, o marítimo e o preso.</p> <p>(C) Ter-se-á por domicílio da pessoa natural, que não tenha residência habitual, a capital do lugar onde for encontrada.</p> <p>(D) As relações concernentes à profissão, salvo quanto aos casos legalmente previstos, não têm qualquer repercussão no tocante ao domicílio da pessoa natural.</p> <p>(E) Muda-se o domicílio, automaticamente, com a transferência de residência da pessoa natural.</p>
<p>53. No tocante à ausência, é correto afirmar que</p> <p>(A) a sentença que determinar a abertura da sucessão provisória só produzirá efeitos noventa dias após sua publicação pela imprensa, a partir dos quais se procederá à abertura do testamento, se houver, e ao inventário e partilha dos bens, como se o ausente fosse falecido.</p> <p>(B) a declaração de morte presumida pressupõe necessariamente a decretação da ausência.</p> <p>(C) arrecadados os bens do ausente, de imediato poderão os interessados requerer que se declare a ausência e que se abra provisoriamente a sucessão.</p> <p>(D) pode-se requerer a sucessão definitiva se houve prova de que o ausente conta oitenta anos de idade e que de cinco anos datam as últimas notícias dele.</p> <p>(E) os imóveis do ausente só poderão ser alienados por ordem judicial, podendo porém seu curador gravá-los livremente, em prol de uma administração eficiente dos bens.</p>	



<p>57. No que tange à invalidade do negócio jurídico é correto afirmar que</p> <p>(A) é nulo o negócio jurídico simulado, bem como ineficazes os praticados em estado de perigo ou mediante coação.</p> <p>(B) o negócio jurídico nulo confirma-se, podendo convalescer pelo decurso do tempo.</p> <p>(C) respeitada a intenção das partes, a invalidade parcial de um negócio jurídico não o prejudicará na parte válida, se esta for separável; a invalidade da obrigação principal implica a das obrigações acessórias, mas a destas não induz a da obrigação principal.</p> <p>(D) quando a anulabilidade do ato resultar da falta de autorização de terceiro, será o ato insuscetível de confirmação posterior.</p> <p>(E) a anulabilidade tem efeito imediato e retroativo à época em que realizado o ato.</p>	<p>60. Em relação ao testamento é correto afirmar que</p> <p>(A) a legítima dos herdeiros necessários não poderá ser incluída no testamento.</p> <p>(B) é defeso o testamento conjuntivo, permitido porém o recíproco ou correspectivo.</p> <p>(C) as disposições testamentárias de caráter não patrimonial são válidas, a não ser que o testador tenha se limitado a elas.</p> <p>(D) embora ato personalíssimo, a revogação do testamento exige fundamentação idônea quanto às razões que a determinaram.</p> <p>(E) são modalidades de testamento especial o marítimo, o militar e o cerrado.</p>
<p>58. Sobre o direito de superfície, é correto afirmar que</p> <p>(A) não pode ser constituído por pessoa jurídica de direito público interno, por ser restrito a particulares.</p> <p>(B) constitui-se por ato formal, mediante escrito público ou particular que se registrará no Cartório Imobiliário.</p> <p>(C) é intransferível a terceiros.</p> <p>(D) impede a alienação do imóvel, pelo concedente, durante o prazo de sua vigência.</p> <p>(E) ao término da concessão, como regra geral, o concedente recebe o terreno, plantação ou construção, independentemente de indenização, passando a ter sobre eles a propriedade plena.</p>	<p>61. Em face do entendimento sumulado,</p> <p>(A) a renegociação do contrato bancário ou a confissão da dívida não impedem a possibilidade de discussão sobre eventuais ilegalidades dos contratos anteriores.</p> <p>(B) a hipoteca firmada entre a construtora e o agente financeiro, tão só se posterior à celebração da promessa de compra e venda, não tem eficácia perante os adquirentes do imóvel.</p> <p>(C) é ilegítima a penhora da sede do estabelecimento comercial.</p> <p>(D) a simples devolução indevida de cheque não caracteriza dano moral.</p> <p>(E) a fiança prestada sem autorização de um dos cônjuges implica a anulação parcial da garantia.</p>
<p>59. No tocante aos direitos reais de garantia, analise as afirmações abaixo.</p> <p>I. O credor anticrético tem direito a reter em seu poder o bem, enquanto a dívida não for paga. Extingue-se esse direito decorridos quinze anos da data de sua constituição.</p> <p>II. A coisa comum a dois ou mais proprietários não pode ser dada em garantia real, na sua totalidade, sem o consentimento de todos, mas cada um pode individualmente dar em garantia real a parte que tiver nessa coisa comum.</p> <p>III. Nos casos de perecimento da coisa dada em garantia, esta se sub-rogará na indenização do seguro, ou no ressarcimento do dano, conforme o caso, em benefício do credor, a quem assistirá sobre ela preferência até seu completo reembolso.</p> <p>Está correto o que se afirma em</p> <p>(A) I e II, apenas.</p> <p>(B) III, apenas.</p> <p>(C) I, II e III.</p> <p>(D) II e III, apenas.</p> <p>(E) I e III, apenas.</p>	<p>62. No tocante à compra e venda, é correto afirmar que</p> <p>(A) salvo convenção em contrário, o comprador responde por todos os débitos que gravem a coisa até o momento da tradição.</p> <p>(B) até o momento da tradição, os riscos da coisa correm por conta do comprador, e os do preço por conta do vendedor.</p> <p>(C) é defeso que a fixação do preço possa ser deixada ao arbítrio de terceiro que os próprios contratantes designarem ou prometerem designar.</p> <p>(D) é nula a venda de ascendente a descendente, salvo se os outros descendentes e o cônjuge do alienante expressamente houverem consentido.</p> <p>(E) a tradição da coisa vendida, na falta de estipulação expressa, dar-se-á no lugar onde ela se encontrava, ao tempo da venda.</p>



63. Em relação ao condomínio edilício, analise as afirmações abaixo.

- I. A cada unidade imobiliária caberá, como parte inseparável, uma fração ideal no solo e nas outras partes comuns, que será identificada em forma decimal ou ordinária no instrumento de instituição do condomínio.
- II. Nenhuma unidade imobiliária pode ser privada do acesso ao logradouro público.
- III. O terraço de cobertura é parte exclusiva, salvo disposição contrária da escritura de constituição do condomínio.

Está correto o que se afirma em

- (A) II e III, apenas.
- (B) I, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) I e III, apenas.

64. No regime de participação final dos aquestos

- (A) se um dos cônjuges solveu uma dívida do outro com bens do seu patrimônio, o valor do pagamento deve ser atualizado e imputado, na data da dissolução do casamento, à meação do outro cônjuge.
- (B) integram o patrimônio comum os bens que cada cônjuge possuía ao casar e os por ele ou ela adquiridos, a qualquer título, na constância do casamento.
- (C) pelas dívidas posteriores ao casamento, contraídas por um dos cônjuges, respondem ambos solidariamente, salvo prova de não terem revertido em prol do casal.
- (D) os bens imóveis são de propriedade de ambos os cônjuges, ainda que no registro conste o nome de um só deles.
- (E) o direito à meação é renunciável e cessível na vigência deste regime patrimonial.

65. Em relação ao casamento é correto afirmar:

- (A) A sentença que decretar a nulidade do casamento produzirá efeitos a partir da data em que transitar em julgado, sem retroagir.
- (B) O prazo para ser intentada qualquer ação de anulação de casamento é o de dois anos, a contar da data de sua celebração.
- (C) É nulo o casamento em virtude de coação, quando o consentimento de um ou de ambos os cônjuges houver sido captado mediante fundado temor de mal considerável e iminente para a vida, a saúde e a honra, sua ou de seus familiares.
- (D) Embora anulável ou mesmo nulo, se contraído de boa-fé por ambos os cônjuges, o casamento, tanto quanto a estes como aos filhos, produz todos os efeitos até o dia da sentença anulatória.
- (E) É anulável o casamento contraído pelo enfermo mental sem o necessário discernimento para os atos da vida civil, bem como por infringência a impedimento.

66. No tocante à responsabilidade civil, é correto afirmar:

- (A) O dono de edifício ou construção responde objetiva e automaticamente pelos danos que resultem de sua ruína, independentemente de aferição de culpa ou nexa causal.
- (B) Profissionais liberais respondem subjetivamente como regra geral, na prestação de seus serviços, respondendo objetivamente nas relações de consumo.
- (C) É absoluta a regra de que a indenização mede-se tão só pela extensão do dano.
- (D) O dono, ou detentor, do animal ressarcirá o dano por este causado, desde que a vítima comprove a culpa daquele na guarda do animal.
- (E) Ressalvados casos previstos em leis especiais, os empresários individuais e as empresas respondem independentemente de culpa pelos danos causados pelos produtos postos em circulação.

Direito Processual Civil

67. Paulo ajuizou ação de indenização contra Pedro, julgada procedente em primeiro grau, cuja sentença condenatória determinou que parte do valor da indenização devida seria fixada por meio de liquidação de sentença por arbitramento. A sentença foi confirmada pelo E. Tribunal de Justiça de Pernambuco e transitou em julgado. Com o retorno dos autos à origem, Paulo inicia a fase de liquidação de sentença na forma fixada em sentença e o Magistrado, antes de determinar a intimação da parte contrária na pessoa de seu advogado, determina que a liquidação da sentença seja feita por artigos, argumentando que o vencedor deverá provar fato novo. Neste caso, a

- (A) liquidação por forma diversa da estabelecida na sentença não ofende a coisa julgada.
- (B) decisão do Magistrado é nula, pois ofendeu a coisa julgada.
- (C) decisão do Magistrado é anulável, pois ofendeu a coisa julgada.
- (D) decisão do Magistrado é nula, pois foi prolatada de ofício, não havendo requerimento de pelo menos uma das partes.
- (E) decisão do Magistrado é anulável, pois foi prolatada de ofício, não havendo requerimento de pelo menos uma das partes.

68. O processo de inventário e partilha deve ser aberto dentro de

- (A) 30 (trinta) dias a contar da abertura da sucessão, ultimando-se nos 12 (doze) meses subsequentes, podendo o juiz prorrogar tais prazos, de ofício ou a requerimento de parte.
- (B) 60 (sessenta) dias a contar da abertura da sucessão, ultimando-se nos 12 (doze) meses subsequentes, podendo o juiz prorrogar tais prazos, de ofício ou a requerimento de parte.
- (C) 60 (sessenta) dias a contar da abertura da sucessão, ultimando-se nos 6 (seis) meses subsequentes, podendo o juiz prorrogar tais prazos, de ofício ou a requerimento de parte.
- (D) 30 (trinta) dias a contar da abertura da sucessão, ultimando-se nos 6 (seis) meses subsequentes, podendo o juiz prorrogar tais prazos, de ofício ou a requerimento de parte.
- (E) 90 (noventa) dias a contar da abertura da sucessão, ultimando-se nos 12 (doze) meses subsequentes, não podendo o juiz prorrogar tais prazos de ofício.



69. No que se refere à alienação fiduciária em garantia de bens imóveis, é INCORRETO afirmar:
- (A) Constitui-se a propriedade fiduciária de coisa imóvel mediante registro, no competente Registro de Imóveis, do contrato que lhe serve de título.
 - (B) A alienação fiduciária de bens imóveis poderá ter por objeto o direito real de uso, desde que suscetível de alienação.
 - (C) Constatado o inadimplemento contratual, antes da consolidação da propriedade do imóvel em nome do fiduciário, o fiduciante será intimado, a requerimento do fiduciário, pelo oficial do competente Registro de Imóveis, a satisfazer, no prazo de trinta dias, a prestação vencida e as que se vencerem até a data do pagamento, com os demais encargos contratuais.
 - (D) No prazo de trinta dias, a contar da data de liquidação da dívida, o fiduciário fornecerá o respectivo termo de quitação ao fiduciante, sob pena de multa em favor deste, equivalente a meio por cento ao mês, ou fração, sobre o valor do contrato.
 - (E) Nas hipóteses em que a quitação da dívida decorrer da portabilidade do financiamento para outra instituição financeira, não será emitido o termo de quitação cabendo, quanto à alienação fiduciária, a mera averbação da sua transferência.
70. Sobre a arbitragem, de acordo com a Lei nº 9.307/96, é correto afirmar:
- (A) A demanda para a decretação de nulidade da sentença arbitral seguirá o procedimento comum, previsto no Código de Processo Civil, e deverá ser proposta pela parte interessada no prazo de até sessenta dias após o recebimento da notificação da sentença arbitral ou de seu aditamento.
 - (B) Sendo nomeados vários árbitros, as partes envolvidas elegerão o presidente do tribunal arbitral e, não havendo consenso entre elas, será designado presidente o mais idoso.
 - (C) No prazo de dez dias, a contar do recebimento da notificação ou da ciência pessoal da sentença arbitral, a parte interessada, mediante comunicação à outra parte, poderá solicitar ao árbitro ou ao tribunal arbitral que corrija qualquer erro material da sentença arbitral.
 - (D) Nada tendo sido convencionado pelas partes, o prazo para a apresentação da sentença é de seis meses, contado da instituição da arbitragem ou da substituição do árbitro, podendo ser prorrogado pelas partes e árbitros, havendo comum acordo.
 - (E) No procedimento arbitral, em caso de ausência sem justa causa de testemunha convocada para prestar depoimento poderá o árbitro ou o presidente do tribunal arbitral determinar a condução coercitiva da testemunha faltosa requerendo, se necessário, o auxílio de força policial.
71. Ricardo ajuizou ação de cobrança contra uma instituição financeira, julgada procedente em primeiro grau, cuja sentença acabou sendo reformada pelo E. Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco que julgou improcedente a ação. Ricardo interpôs, então, recurso especial para o Superior Tribunal de Justiça. Durante o processamento do recurso especial, ainda no E. Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, o Ministro Relator do Superior Tribunal de Justiça, diante da multiplicidade de recursos questionando a mesma questão de direito, que é exatamente a matéria debatida por Ricardo em seu recurso interposto, quando do julgamento de um dos múltiplos recursos, determina a suspensão nos tribunais de segunda instância, dos recursos nos quais a controvérsia esteja estabelecida. Consequentemente, o recurso especial interposto por Ricardo é suspenso por ordem do Superior Tribunal de Justiça. Neste caso, julgado o recurso que ensejou a instauração do procedimento previsto para o caso dos recursos repetitivos pelo STJ e publicado o acórdão, o recurso especial sobrestado interposto por Ricardo será
- (A) encaminhado, após o juízo de admissibilidade no tribunal de origem, ao Superior Tribunal de Justiça onde terá o seguimento denegado por decisão monocrática na hipótese de o acórdão recorrido coincidir com a orientação do Superior Tribunal de Justiça.
 - (B) novamente examinado pelo tribunal de origem na hipótese de o acórdão recorrido divergir da orientação do Superior Tribunal de Justiça e, mantida a decisão divergente pelo tribunal de origem, far-se-á o exame de admissibilidade do recurso.
 - (C) encaminhado obrigatoriamente e imediatamente, independentemente do juízo de admissibilidade, para o Superior Tribunal de Justiça para julgamento na hipótese de o acórdão recorrido divergir da orientação do Superior Tribunal de Justiça.
 - (D) encaminhado obrigatoriamente e imediatamente, independentemente do juízo de admissibilidade, para o Superior Tribunal de Justiça para julgamento na hipótese de o acórdão recorrido coincidir com a orientação do Superior Tribunal de Justiça.
 - (E) novamente examinado pelo tribunal de origem, na hipótese de o acórdão recorrido divergir da orientação do Superior Tribunal de Justiça, que deverá obrigatoriamente reformar o acórdão divergente, compatibilizando-o com o Acórdão do Superior Tribunal de Justiça.
72. Analise as seguintes assertivas sobre os bens de família:
- I. O único imóvel residencial do devedor que esteja locado a terceiros é impenhorável, desde que a renda obtida com a locação seja revertida para a subsistência da família ou para o pagamento de outra moradia.
 - II. O conceito de impenhorabilidade de bem de família abrange também o imóvel pertencente a pessoas solteiras, separadas e viúvas.
 - III. A vaga de garagem que possui matrícula própria no registro de imóveis não constitui bem de família para efeito de penhora.
- De acordo com o entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça está correto o que se afirma em
- (A) II, apenas.
 - (B) I e II, apenas.
 - (C) II e III, apenas.
 - (D) I e III, apenas.
 - (E) I, II e III.



<p>73. No que concerne à Lei de Locações, é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) Julgada procedente a ação de despejo por falta de pagamento, o juiz determinará a expedição de mandado de despejo, que conterá o prazo de 30 (trinta) dias para a desocupação voluntária.</p> <p>(B) Salvo disposição contratual em contrário, qualquer das garantias da locação se estende até a efetiva devolução do imóvel, ainda que prorrogada a locação por prazo indeterminado, por força da referida Lei.</p> <p>(C) Na locação não residencial o locador não estará obrigado a renovar o contrato se o imóvel vier a ser utilizado para transferência de fundo de comércio existente há mais de um ano, sendo detentor da maioria do capital o descendente do locador.</p> <p>(D) O término do prazo de locação para temporada, tendo sido proposta a ação de despejo em até trinta dias após o vencimento do contrato, autoriza a concessão, pelo Magistrado, da liminar de desocupação em 15 (quinze) dias, independentemente da oitiva da parte contrária, exigindo-se, contudo, a caução equivalente a 3 meses de aluguel.</p> <p>(E) Na ação de despejo por falta de pagamento, efetuada a purga da mora, se o locador alegar que a oferta não é integral, justificando a diferença, o locatário poderá complementar o depósito no prazo de 10 (dez) dias, contado da intimação, que poderá ser dirigida ao locatário ou diretamente ao patrono deste, por carta ou publicação no órgão oficial, a requerimento do locador.</p>	<p>76. Sobre a sentença, de acordo com o Código de Processo Civil, é correto afirmar:</p> <p>(A) Se, depois da propositura da ação, algum fato constitutivo, modificativo ou extintivo do direito influir no julgamento da lide, caberá ao juiz tomá-lo em consideração, havendo requerimento expresso da parte, no momento de proferir a sentença, vedado o reconhecimento de ofício.</p> <p>(B) Condenado o devedor a emitir declaração de vontade, a sentença, uma vez transitada em julgado, produzirá os efeitos da declaração não emitida, somente após o início da fase de cumprimento de sentença com regular intimação do executado.</p> <p>(C) Tratando-se de contrato que tenha por objeto a transferência da propriedade de coisa determinada, ou de outro direito, a ação não será acolhida se a parte que a intentou não cumprir a sua prestação, nem a oferecer, nos casos e formas legais, ainda que não exigível.</p> <p>(D) Se aquele que se comprometeu a concluir um contrato não cumprir a obrigação, a outra parte, sendo isso possível e não excluído pelo título, poderá obter uma sentença que produza o mesmo efeito do contrato a ser firmado.</p> <p>(E) Publicada a sentença, o juiz poderá alterá-la a requerimento da parte para lhe retificar erros de cálculo, vedada a alteração de ofício.</p>
<p>74. Paulo adquiriu um veículo novo de uma determinada concessionária situada em Recife. Após vinte dias da retirada do automóvel da referida concessionária este apresentou problemas no câmbio. As fornecedoras (fabricante e concessionária) terão o prazo máximo de trinta dias para sanar o vício sem comprometer a qualidade ou características do produto, prazo este que</p> <p>(A) poderá ser reduzido pelas partes e jamais ampliado.</p> <p>(B) não poderá ser reduzido ou ampliado pelas partes.</p> <p>(C) poderá ser reduzido ou ampliado pelas partes, não podendo ser inferior a sete nem superior a cento e oitenta dias.</p> <p>(D) poderá ser reduzido ou ampliado pelas partes, não podendo ser inferior a quinze nem superior a noventa dias.</p> <p>(E) poderá ser reduzido ou ampliado pelas partes, não podendo ser inferior a dez nem superior a sessenta dias.</p>	<p style="text-align: center;">Direito Penal</p> <p>77. Na estrutura analítica do crime, o juízo da culpabilidade presta-se para avaliar a</p> <p>(A) prática da conduta.</p> <p>(B) contrariedade da conduta ao direito.</p> <p>(C) reprovabilidade da conduta.</p> <p>(D) existência do injusto penal.</p> <p>(E) ilicitude da conduta.</p>
<p>75. Italo ajuizou ação de execução de título extrajudicial contra Maria e José, casados. Maria é citada no dia 10 de novembro de 2012 e o mandado citatório juntado em cartório no dia 13 de novembro de 2012. José, após inúmeras tentativas, é citado no dia 22 de novembro de 2012 e o respectivo mandado citatório é juntado aos autos no dia 25 de novembro de 2012. Neste caso, o prazo para Maria e José embargarem a execução é</p> <p>(A) de 15 dias contado da juntada aos autos do mandato de penhora.</p> <p>(B) de 15 dias contado da juntada do último mandado citatório cumprido.</p> <p>(C) autônomo e de 10 dias contado a partir da juntada do respectivo mandado citatório.</p> <p>(D) autônomo e de 15 dias contado a partir da juntada do respectivo mandado citatório.</p> <p>(E) de 10 dias contado da juntada do último mandado citatório cumprido.</p>	<p>78. O erro inevitável faz a conduta típica ser inteiramente desculpável quando tiver por objeto a</p> <p>(A) lei.</p> <p>(B) ilicitude do fato.</p> <p>(C) pessoa da vítima.</p> <p>(D) qualidade subjetiva ou a condição pessoal da vítima.</p> <p>(E) eficácia do meio empregado.</p> <p>79. A inimputabilidade por peculiaridade mental ou etária exclui da conduta a</p> <p>(A) tipicidade.</p> <p>(B) tipicidade e a antijuridicidade, respectivamente.</p> <p>(C) antijuridicidade.</p> <p>(D) antijuridicidade e a culpabilidade, respectivamente.</p> <p>(E) culpabilidade.</p> <p>80. Penas e medidas de segurança são aplicáveis</p> <p>(A) cumulativamente.</p> <p>(B) alternativamente.</p> <p>(C) sucessivamente, para semi-imputáveis.</p> <p>(D) sucessivamente, na habitualidade criminosa.</p> <p>(E) sucessivamente, para os imputáveis reincidentes.</p>



<p>81. O livramento condicional pressupõe</p> <p>(A) a inexistência de reincidência específica em crimes hediondos ou assemelhados.</p> <p>(B) proposta concreta de trabalho honesto.</p> <p>(C) que o condenado esteja em regime prisional semi-aberto ou aberto.</p> <p>(D) a inexistência de falta disciplinar.</p> <p>(E) que a pena não tenha sido aplicada por crime doloso cometido com violência ou grave ameaça.</p>	<p style="text-align: center;">Direito Processual Penal</p> <p>87. De acordo com o disposto no artigo 5º da Constituição da República, é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, definidos de acordo com a intensidade da sanção.</p> <p>(B) o preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial.</p> <p>(C) são assegurados o sigilo das votações do Tribunal do Júri e a soberania dos seus veredictos.</p> <p>(D) o civilmente identificado não será submetido à identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei.</p> <p>(E) o racismo, a tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes, o terrorismo e os crimes definidos como hediondos constituem crimes inafiançáveis.</p>
<p>82. De regra, a ação penal é</p> <p>(A) pública condicionada à requisição judicial.</p> <p>(B) pública condicionada à representação da vítima.</p> <p>(C) exclusivamente privada.</p> <p>(D) subsidiária da privada.</p> <p>(E) pública incondicionada.</p>	
<p>83. O crime contra a honra de funcionário público em razão de suas funções é de ação penal</p> <p>(A) pública incondicionada.</p> <p>(B) exclusivamente privada.</p> <p>(C) pública condicionada à representação da vítima concorrente com a privada.</p> <p>(D) pública condicionada à requisição da vítima.</p> <p>(E) pública condicionada à requisição do Ministro da Justiça.</p>	<p>88. O inquérito policial é um procedimento</p> <p>(A) formal, escrito, judicial, contraditório, inquisitório, cautelar, concomitante à ação penal, presidido pela autoridade policial, com o objetivo de apurar infrações penais e sua autoria.</p> <p>(B) informal, escrito, administrativo ou judicial, inquisitório, cautelar, preliminar à ação penal, presidido pela autoridade policial, com o objetivo de apurar infrações penais e a sua autoria.</p> <p>(C) formal, escrito, administrativo ou judicial, inquisitório, cautelar, preliminar à ação penal, presidido pela autoridade policial ou por membro do Ministério Público, com o objetivo de apurar infrações penais e a sua autoria.</p> <p>(D) formal, escrito, administrativo, cautelar, preliminar à ação penal, presidido exclusivamente pela autoridade policial, com o objetivo de apurar infrações penais e a sua autoria.</p> <p>(E) informal, escrito, administrativo, contraditório, cautelar, preliminar à ação penal, presidido exclusivamente pela autoridade policial, com o objetivo de apurar infrações penais e a sua autoria.</p>
<p>84. Para que haja consumação do crime de apropriação indébita, a coisa necessariamente precisa ser</p> <p>(A) subtraída.</p> <p>(B) utilizada.</p> <p>(C) destruída.</p> <p>(D) perdida.</p> <p>(E) assenhorada.</p>	
<p>85. Desacato implica</p> <p>(A) usurpação.</p> <p>(B) aviltamento.</p> <p>(C) resistência.</p> <p>(D) coação.</p> <p>(E) desobediência.</p>	
<p>86. Segundo entendimento sumular vigente no Superior Tribunal de Justiça, para a progressão de regime prisional, em princípio, a avaliação técnica do condenado, também conhecida por exame criminológico, é</p> <p>(A) imprescindível.</p> <p>(B) admissível somente em condenações por crimes hediondos ou assemelhados.</p> <p>(C) admissível somente por decisão fundamentada nas peculiaridades do caso.</p> <p>(D) admissível somente em crimes cometidos com violência ou grave ameaça.</p> <p>(E) admissível somente na reincidência.</p>	<p>89. NÃO ocorre preempção da ação penal de iniciativa privada</p> <p>(A) quando o querelado aceitar o perdão.</p> <p>(B) quando, falecendo o querelante, ou sobrevindo sua incapacidade, não comparecer em juízo, para prosseguir no processo, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, qualquer das pessoas a quem couber fazê-lo.</p> <p>(C) quando, iniciada esta, o querelante deixar de promover o andamento do processo durante 30 (trinta) dias seguidos.</p> <p>(D) quando o querelante deixar de comparecer, sem motivo justificado, a qualquer ato do processo a que deva estar presente.</p> <p>(E) quando, sendo o querelante pessoa jurídica, esta se extinguir sem deixar sucessor.</p>



<p>90. NÃO constitui uma das hipóteses previstas na lei processual penal para a realização do interrogatório do réu preso por sistema de videoconferência:</p> <p>(A) prevenir risco à segurança pública, quando exista fundada suspeita de que o preso integre organização criminosa ou de que, por outra razão, possa fugir durante o deslocamento.</p> <p>(B) viabilizar a participação do réu no referido ato processual, quando haja relevante dificuldade para seu comparecimento em juízo, por enfermidade ou outra circunstância pessoal.</p> <p>(C) impedir a influência do réu no ânimo de testemunha ou da vítima, desde que não seja possível colher o depoimento destas por videoconferência.</p> <p>(D) assegurar a integridade física do réu, em caso de infrações penais de grande clamor público.</p> <p>(E) responder à gravíssima questão de ordem pública.</p>	<p>93. De acordo com o Código de Processo Penal, é correto afirmar que</p> <p>(A) o procedimento comum será ordinário, sumário ou especial.</p> <p>(B) o procedimento comum será sumário quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada seja igual ou inferior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade.</p> <p>(C) não apresentada a resposta no prazo legal, ou se o acusado, citado, não constituir defensor, o juiz desde logo designará dia e hora para audiência.</p> <p>(D) o juiz que presidiu a instrução deverá proferir a sentença.</p> <p>(E) no número máximo de testemunhas que podem ser arroladas no procedimento comum ordinário compreendem-se as que não prestem compromisso e as referidas.</p>
<p>91. É inadmissível a prisão</p> <p>(A) em flagrante delito de quem é encontrado, logo após a prática da infração penal, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração.</p> <p>(B) preventiva, em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, decretada pelo juiz, por conveniência da instrução criminal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria.</p> <p>(C) preventiva, em qualquer fase do processo penal, para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria.</p> <p>(D) temporária, pelo prazo de 5 (cinco) dias, prorrogável por igual período, em caso de extrema e comprovada necessidade, quando o indiciado por roubo não tiver residência fixa.</p> <p>(E) preventiva, decretada de ofício pelo juiz, em qualquer fase da investigação policial, como garantia da ordem pública.</p>	<p>94. De acordo com as normas constantes do Código de Processo Penal, o recurso de apelação</p> <p>(A) deve ser interposto no prazo de 5 (cinco) dias e arrazado no prazo de 10 (dez) dias, salvo nos processos de contravenção, em que o prazo será de 3 (três) dias.</p> <p>(B) é cabível contra decisão do Tribunal do Júri, quando houver erro ou injustiça no tocante à aplicação da pena ou da medida de segurança.</p> <p>(C) é cabível contra a decisão de pronúncia do réu.</p> <p>(D) é cabível contra a decisão que revogar a medida de segurança.</p> <p>(E) não permite que o Tribunal <i>ad quem</i> proceda a novo interrogatório do acusado, reinquirir testemunhas ou determine outras diligências.</p>
<p>92. No Título relativo à sentença, o Código de Processo Penal estabelece:</p> <p>(A) O juiz poderá, de ofício, modificar a descrição do fato contida na denúncia ou queixa, atribuindo-lhe definição jurídica diversa, desde que não tenha de aplicar pena mais grave.</p> <p>(B) O juiz, sem modificar a descrição do fato contida na denúncia ou queixa, poderá atribuir-lhe definição jurídica diversa, desde que não tenha de aplicar pena mais grave.</p> <p>(C) O juiz, ao proferir sentença condenatória, decidirá, fundamentadamente, sobre a manutenção ou, se for o caso, imposição de prisão preventiva ou de outra medida cautelar, sem prejuízo do conhecimento da apelação que vier a ser interposta.</p> <p>(D) O Ministério Público, se entender cabível nova definição jurídica do fato após o encerramento da instrução probatória, devido à prova existente nos autos de elemento ou circunstância da infração penal não contida na acusação, poderá aditar a denúncia ou queixa, no prazo de 5 (cinco) dias.</p> <p>(E) Nos crimes de ação de iniciativa pública, o juiz não poderá proferir sentença condenatória caso o Ministério Público tenha opinado pela absolvição.</p>	<p style="text-align: center;">Direito Comercial/Empresarial</p> <p>95. As instituições financeiras estão sujeitas à falência perante a Justiça Estadual no caso de</p> <p>(A) impontualidade de título executivo com valor que ultrapasse o equivalente a 40 (quarenta) salários-mínimos na data do pedido de falência.</p> <p>(B) executada, por qualquer quantia líquida, não pague, não deposite e não nomeie bens suficientes dentro do prazo legal.</p> <p>(C) realizar ou, por atos inequívocos, tentar realizar, com o objetivo de retardar pagamentos ou fraudar credores, negócio simulado ou alienação de parte ou da totalidade de seu ativo a terceiro, credor ou não.</p> <p>(D) processo de liquidação extrajudicial, a pedido do liquidante, autorizado pelo Banco Central do Brasil, quando o seu ativo não for suficiente para cobrir pelo menos a metade do valor dos créditos quirográficos, ou quando houver fundados indícios de crimes falimentares.</p> <p>(E) descumprimento das normas referentes à conta de Reservas Bancárias mantidas no Banco Central do Brasil.</p>



96. Na sociedade anônima somente podem ser eleitas para o Conselho Fiscal pessoas naturais, residentes no país, diplomadas em curso de nível universitário, ou que tenham exercido, por prazo mínimo de 3 (três) anos, cargo de administrador de empresa ou de conselheiro fiscal. Nas localidades em que não houver pessoas habilitadas, em número suficiente, para o exercício da função, poderá dispensar a companhia da satisfação dos requisitos acima referidos:
- (A) a Assembleia Geral Ordinária.
 - (B) o Juiz de Direito.
 - (C) a Assembleia Geral Extraordinária.
 - (D) o Conselho de Administração.
 - (E) a Junta Comercial.
97. Nos termos da Lei nº 5.474/68, a emissão da duplicata e da triplicata é
- (A) facultativa em ambas hipóteses.
 - (B) obrigatória, nas duas hipóteses.
 - (C) obrigatória apenas a duplicata se o contrato de compra e venda for com prazo não inferior a 30 (trinta) dias.
 - (D) obrigatória e facultativa, respectivamente.
 - (E) facultativa e obrigatória, respectivamente.

Conhecimentos Gerais

98. Na terminologia adotada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira, entende-se por documento eletrônico a unidade de registro de informações
- (A) em suporte diferente do papel.
 - (B) codificada por meio de dígitos binários.
 - (C) acessível por meio de equipamento eletrônico.
 - (D) cujas cifras se tornaram inteligíveis.
 - (E) de teor confidencial e acesso limitado.
99. Um dos atributos da assinatura digital é o fato de
- (A) dispensar algoritmos de criptografia.
 - (B) ser única para cada documento.
 - (C) impedir a verificação da integridade do documento.
 - (D) não comprovar a origem do documento.
 - (E) admitir múltiplos emitentes.
100. A fim de permitir a precisa localização dos documentos armazenados em meio eletrônico, óptico ou equivalente, os órgãos da administração pública e as empresas privadas deverão adotar, conforme a Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, que dispõe sobre a elaboração e o arquivamento de documentos em meios eletromagnéticos, sistema de
- (A) indexação.
 - (B) preservação.
 - (C) conversão.
 - (D) exportação.
 - (E) hipertexto.